

REUNIÃO DOS ESTADOS PARTES
NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA
CONTRA A CORRUPÇÃO
8 e 9 de julho de 2004
Manágua, Nicarágua

OEA/Ser.K/XLI.1
EPCICOR/doc.4/04 rev. 5 corr.1
9 agosto 2004
Original: espanhol

**PLANO DE AÇÃO DE MANÁGUA SOBRE MEDIDAS CONCRETAS ADICIONAIS PARA
AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA E COMBATER A CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DA
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO**

(Aprovado na quarta sessão plenária, realizada em 9 de julho de 2004)

OS ESTADOS PARTES NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO, reunidos na cidade de Manágua, Nicarágua, em 8 e 9 de julho de 2004, em cumprimento ao mandato da Declaração de Nuevo León, aprovada na Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Monterrey, México, em janeiro de 2004, com o objetivo de considerar medidas concretas adicionais para aumentar a transparência e combater a corrupção, e levando em conta a Declaração de Manágua,

ADOTAM o seguinte Plano de Ação:

1. Que os Estados Partes, a pedido de outro Estado, tomem oportunamente todas as medidas adequadas, observadas sua legislação e os instrumentos internacionais aplicáveis, ao rastreamento e identificação do dinheiro oriundo de atividades ilícitas, propiciando, quando cabível, a suspensão do sigilo bancário e a aplicação de medidas cautelares para evitar a ocultação de fundos.
2. Que os Estados Partes que ainda não tenham definido e assegurado o funcionamento das autoridades centrais com vistas à consecução dos objetivos da assistência e cooperação internacional dispostas na Convenção Interamericana contra a Corrupção, na Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e outros instrumentos internacionais aplicáveis o façam, garantindo que essas autoridades cumpram suas funções de maneira eficiente e oportuna.
3. Que, em conformidade com a Convenção Interamericana contra a Corrupção e outros instrumentos internacionais aplicáveis, os Estados Partes mantenham e aprimorem o uso de mecanismos de assistência a fim de que, por intermédio das autoridades centrais designadas para esse efeito, sejam prestadas informações úteis, com finalidades investigativas e probatórias, e oferecida ajuda efetiva e concreta que possa contribuir para privar os delinquentes do produto do delito, bem como para recuperar esse produto e devolvê-lo a seus legítimos proprietários.
4. Iniciar um processo de consultas, no âmbito do Conselho Permanente da OEA, a fim de considerar a necessidade da adoção de um instrumento que tenha por objetivo facilitar a recuperação de ativos oriundos de atos de corrupção e sua restituição a seus legítimos proprietários em conformidade com o artigo XV da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

5. Que, com o objetivo de propiciar o intercâmbio de informações, os Estados Partes considerem unificar, na esfera de seus ordenamentos jurídicos, as autoridades centrais designadas em conformidade com a Convenção Interamericana contra a Corrupção, a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e outros instrumentos internacionais pertinentes e que essas autoridades façam parte da Rede de Intercâmbio de Informações para a Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal.

6. Que, com o objetivo de procurar a detenção e o indiciamento dos autores, co-autores, instigadores, cúmplices e acobertadores de atos de corrupção, a cooperação internacional não se limite à prestação de assistência jurídica mútua, mas também, quando cabível, se estenda à aplicação, de maneira ampla, das disposições relativas à extradição, de acordo com o disposto no artigo XIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

7. Que os Estados Partes, a fim de encontrar meios e métodos mais efetivos de prevenir, detectar, investigar e punir os atos de corrupção descritos na Convenção, reiterem seu compromisso de promover a cooperação técnica e prestar-se a mais ampla assistência recíproca, em conformidade com o disposto no artigo XIV da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

8. Que a Conferência dos Estados Partes no MESICIC considere a conveniência da realização de uma reunião entre os órgãos dos Estados membros encarregados especificamente da qualificação, definição e instrução de procedimentos administrativos ou penais que compreendam atos de corrupção, em conformidade com o artigo VI da Convenção Interamericana contra a Corrupção, com a finalidade de intercambiar informações e experiências.

9. Que, no âmbito da legislação nacional e das normas internacionais aplicáveis, os Estados Partes neguem acolhida a funcionários corruptos e àqueles que os corrompem, e cooperem em sua extradição, bem como procurem impedir o ingresso e promover a recuperação dos ativos originados em atos de corrupção e sua restituição a seus legítimos proprietários. Para essa finalidade acordam convocar, no segundo semestre de 2004, uma conferência de peritos para troca de informações e experiências e recomendação de políticas concretas comuns. Nesse sentido, os Estados Partes contribuirão para o cumprimento do mandato da Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-V).

10. Que seja iniciado um processo de consultas e estudo, com a participação de peritos governamentais, no âmbito da Conferência dos Estados Partes no MESICIC, a fim de se considerar a conveniência da adoção de um Protocolo Adicional à Convenção Interamericana contra a Corrupção sobre o MESICIC, de acordo com as disposições da referida Convenção.

11. Recomendar à Comissão de Peritos do MESICIC a incorporação de disposições que permitam o estabelecimento, pelos países analisados, do acompanhamento da implementação das recomendações formuladas pela referida Comissão. Essas disposições poderão prever, entre outros aspectos, modalidades e prazos para a apresentação de relatórios de andamento sobre a implementação das recomendações, com o objetivo de definir deficiências e virtudes dos Estados analisados, a fim de, mediando solicitação do país de que se trate, se promova e facilite a cooperação e assistência que possa ser necessária em cada caso.

12. Que os Estados Partes continuem a aperfeiçoar os processos eleitorais e sua transparência, reconhecendo a importância de normas que assegurem a lisura do financiamento das campanhas eleitorais e dos partidos, candidatos independentes e outras associações políticas de caráter eleitoral, bem como evitem a corrupção e o risco de influências indevidas.

13. Que cada Estado Parte divulgue, entre a sociedade civil e os meios de comunicação, o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e, em particular, os relatórios finais que adote a Comissão.

14. Que os Estados Partes, no âmbito de seu ordenamento interno, considerem iniciativas das organizações da sociedade civil e não-governamentais para o fortalecimento da participação nos esforços de promoção da transparência na administração pública, inclusive a denúncia dos delitos ou atos de corrupção às autoridades competentes. Nesse mesmo sentido, que sejam incentivados programas que facilitem a participação na vigilância da gestão pública pela sociedade civil, como instrumento fundamental para prevenir e enfrentar a corrupção.

15. Que os Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Corrupção redobrem seus esforços destinados à formulação de estratégias para prevenir e combater a corrupção, que incluam programas de alto valor educacional nos currículos de todos os níveis do sistema de educação, a fim de que desde a primeira infância sejam cultivados os valores éticos, morais e cívicos que sustentam a democracia e refreiam a corrupção.

16. Iniciar um processo de consultas, no âmbito do Conselho Permanente da OEA, para considerar a possibilidade de instar os organismos financeiros multilaterais credores dos Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Corrupção a que reconheçam um percentual, a ser estabelecido, do pagamento anual da dívida pública dos referidos Estados para o financiamento de programas previstos nas agendas anticorrupção que promovam os valores éticos, morais e cívicos que apoiem a democracia.

17. Que os Estados Partes, em conformidade com suas legislações nacionais, considerem o estabelecimento de medidas pertinentes que permitam a aplicação de um percentual do valor dos ativos recuperados internacionalmente, oriundos de atos de fraude e corrupção, para o financiamento dos programas previstos nas agendas anticorrupção.

18. Que os Estados Partes na Convenção que ainda não tenham instituído escritórios nacionais ou mecanismos análogos que tenham como principal responsabilidade a elaboração e execução de políticas e programas que promovam a transparência e efetividade na administração dos bens e recursos públicos, bem como o acompanhamento de suas respectivas agendas anticorrupção, o façam, conferindo a seu trabalho a mais ampla e variada divulgação possível.

19. Recomendar à Conferência dos Estados Partes no MESICIC que considere, com o apoio da Secretaria Técnica, o estabelecimento de uma rede hemisférica de entidades públicas nacionais de regulamentação, que dirijam, administrem ou supervisionem os sistemas de contratação pública de bens e serviços, a fim de melhorar a coordenação, a cooperação e o intercâmbio de informações e de experiências, em conformidade com o disposto no artigo III, parágrafo 5, da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

20. Que os Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Corrupção, tendo presente o disposto no artigo 9, parágrafo 2, da Convenção de Mérida, continuem a elaborar medidas adicionais adequadas à promoção da transparência e da obrigação de prestar contas na gestão das finanças públicas, inclusive, entre outros, procedimentos para a aprovação do orçamento nacional; apresentação oportuna de informações sobre despesas e receitas; sistemas de normas de contabilidade e auditoria e sua respectiva supervisão; sistemas eficazes e eficientes de gestão de riscos e controle interno; e, quando cabível, adoção de medidas corretivas no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos.

21. Que a Conferência dos Estados Partes no MESICIC, no âmbito do compromisso de aperfeiçoar o combate à corrupção, considere a realização de uma reunião de intercâmbio de experiências e informações dos órgãos e instituições competentes dos Estados membros sobre os sistemas nacionais de arrecadação de tributos e o melhor controle das receitas do Estado, inclusive informações sobre as melhores práticas e mecanismos modernos para prevenir, detectar, punir e erradicar as práticas corruptas.

22. Que os Estados Partes, para fortalecer a integridade da função pública, instituem, quando não existam, sistemas nacionais de proteção dos servidores públicos e especificamente de cidadãos que denunciem atos de corrupção, em conformidade com o disposto no artigo III, parágrafo 8, da Convenção.

23. Instar os Estados membros da Organização dos Estados Americanos a que considerem assinar ou ratificar a Convenção de Mérida, cujas disposições fortalecerão a política mundial de combate à corrupção, ou a ela aderir, para que possa entrar em vigor em futuro próximo.

24. Recomendar à Assembléia Geral da OEA que declare 2006 “Ano Interamericano da Luta Hemisférica contra a Corrupção”.

25. Informar a Quarta Cúpula das Américas, a ser realizada na República Argentina em 2005, sobre o conteúdo deste Plano de Ação, de acordo com a solicitação emanada da Cúpula Extraordinária das Américas e constante da Declaração de Nuevo León.